

Entre a norma e a pluralidade: laicidade e identidades na escola MENDES, MÁRCIO DE OLIVEIRA¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal Fluminense/ marciom@id.uff.br

Palavra-chave: Educação; laicidade; Corpos divergentes.

Este artigo realiza uma reflexão teórica sobre a laicidade como eixo estruturante das relações entre identidade, diversidade e corpos divergentes no campo educacional. Parte-se do entendimento de que a escola, enquanto espaço público, deve operar sob o princípio da laicidade, que garante a neutralidade religiosa do Estado e sustenta práticas pedagógicas orientadas pela pluralidade. Entretanto, no contexto brasileiro, esse princípio tem sido alvo de ofensivas conservadoras que buscam restringir debates sobre gênero e sexualidade, revelando que a ausência de uma prática efetivamente laica contribui para a reprodução de desigualdades e exclusões.

A discussão proposta articula referenciais da Educação, dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero e Sexualidade, mobilizando autoras e autores como Stuart Hall (2015), Judith Butler (2019), Guacira Lopes Louro (2014), Bell Hooks (2017), Roseli Fischmann (2017) e Luiz Antonio Cunha (2016). A identidade, segundo Hall, deve ser compreendida como processo fragmentado e relacional, sempre marcado pela diferença. Butler aprofunda essa noção ao evidenciar que o gênero é performativo, constituído por normas reiteradas, o que abre espaço para corpos e subjetividades que desafiam a lógica binária e heteronormativa. Louro, por sua vez, aponta que a escola regula corpos e identidades, mas também abriga tensões e fissuras que possibilitam resistências.

É nesse ponto que a laicidade se torna fundamental. Fischmann (2017) argumenta que a laicidade não se limita à separação entre Igreja e Estado, mas deve ser concebida como condição democrática para o reconhecimento da diversidade. Cunha (2016) reforça que, ao fragilizar a laicidade, abre-se espaço para que valores religiosos sejam transpostos como normas pedagógicas, restringindo a pluralidade. A escola, ao negar debates sobre gênero e sexualidade em nome de uma suposta neutralidade, viola justamente o princípio que deveria garanti-la.

A presença de corpos divergentes – especialmente identidades de gênero e sexualidade dissidentes – torna visível o quanto a laicidade é indispensável para assegurar o direito à diferença. Quando esses corpos sofrem silenciamento ou perseguição baseados em moralismos religiosos, evidencia-se que a laicidade constitucional ainda não se realiza plenamente no cotidiano escolar. Nesse sentido, a defesa da laicidade é também a defesa da dignidade e da legitimidade de existências diversas.



Assim, este artigo defende a compreensão da laicidade como âncora epistemológica e pedagógica para práticas educativas inclusivas. Em diálogo com Bell Hooks (2017), que concebe a educação como prática de liberdade, propõe-se que a escola só pode se consolidar como espaço democrático se assumir a laicidade como princípio organizador. O objetivo não é apenas garantir a coexistência de identidades, mas afirmar a pluralidade como valor central da vida escolar.

Ao privilegiar uma abordagem teórica, a reflexão aqui apresentada busca oferecer subsídios para repensar a educação a partir da interdependência entre identidade, laicidade e diversidade. Conclui-se que a defesa da laicidade é condição indispensável para que a escola seja um espaço de justiça social, onde corpos divergentes possam não apenas existir, mas serem reconhecidos e valorizados.

